

XII MANDATO

Ata Nº. 67

Reunião ordinária de 4 de maio de 2020

Aos **quatro dias do mês de maio de 2020**, pelas 9h30, realizou-se, por videoconferência, no cumprimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 19 de março, a reunião ordinária da Câmara Municipal de Braga sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com a presença dos Srs. Vereadores, Artur Jorge Oliveira Feio, Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Liliana Angélica Costa Matos Pereira, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Miguel Sopas de Melo Bandeira, Alberto Carlos Carvalho de Almeida, Maria Helena Fernandes Teixeira, Lúcia Brás Dias e João Vasconcelos Barros Rodrigues. Verificada a presença de todos os membros o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Para conhecimento é presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia vinte e sete de abril. De seguida, dispensada como está a leitura da ata da reunião de seis de abril, (**número sessenta e cinco**). passou-se à apreciação do expediente pela ordem seguinte: **PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA OCUPAÇÃO DE 2 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ATIVIDADE DE COVEIRO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO:** Da **DMG/DRH**, submetendo proposta relativa a procedimento concursal comum, para ocupação de 2 postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, atividade de coveiro, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo

indeterminado. **"A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar."**INFORMAÇÃO RELATIVA AO PRÉDIO SITO NA

DA FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA, PARA EFEITOS DO PREVISTO NO Nº 4 DO ARTº 46 DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), RELATIVO A PRÉDIO URBANO EM RUÍNAS: Da **DGU – Divisão Gestão Urbanística**, submetendo à consideração do Executivo, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel. Os mesmos serviços confirmam o estado de ruína, de acordo com a vistoria realizada. **"A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta, com 8 votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara, dos Srs. Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Miguel Sopas de Melo Bandeira, Lúcia Brás Dias, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU) e três abstenções dos Srs. Vereadores Artur Jorge Oliveira Feio, Maria Helena Fernandes Teixeira e Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS)."**INFORMAÇÃO RELATIVA AO PRÉDIO SITO NA

PANOIAS, ARTIGO , DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES, PARA EFEITOS DO PREVISTO NO Nº 4 DO ARTº 46 DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), RELATIVO A PRÉDIO URBANO EM RUÍNAS: Da **DGU – Divisão de Gestão Urbanística** , submetendo à consideração do Executivo, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel. Os mesmos serviços confirmam o estado de ruína, de acordo com a vistoria realizada. **"A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta, com 8 votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno**

Antunes Machado Rio, dos Srs. Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Miguel Sopas de Melo Bandeira, Lúdia Brás Dias, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU) e três abstenções dos Srs. Vereadores Artur Jorge Oliveira Feio, Maria Helena Fernandes Teixeira e Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS). "PEDIDO DE ISENÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - CONDOMÍNIO DO PRÉDIO DA

- BRAGA: Da **DMG-DF**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, nos termos do previsto no nº 1, do art.º H-1/17º a H-1/20º, do Código Regulamentar do Município de Braga, o pedido de isenção de ocupação de espaço público, no valor de 794,29 € e não de 729,99 €, conforme foi aprovado em reunião do mesmo órgão de 18/12/2019.—**"A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retificar. Deve dar-se conhecimento à Assembleia Municipal."**

ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO/FREGUESIA: Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de apoio financeiro: - **Freguesia de Priscos**, no valor de **8.983,50 €**, destinado a apoiar o projeto - obra de construção **"Novo acesso ao Jardim de Infância de Priscos"**. **"A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar. Submeter à Assembleia Municipal."** **PROPOSTA DE APOIOS**

FINANCEIROS/ENTIDADES: Da **Srª. Vereadora Lúdia Dias**, submetendo à consideração do Executivo as seguintes propostas de apoios financeiros: **a) Ritmo Alegórico, Associação Cultural**, no valor de **2.000,00 €**, destinado a apoiar a edição da **"Noite dos Reis da Bazuuca 2020"**. **b) Núcleo de Apoio às Artes Musicais**, no valor de **900,00 €**, destinado a apoiar a edição **"Braga Musica Week 2019"**. **c) - Cabido da Sé de Braga**, no valor de **1.000,00 €**, destinado ao Festival

de Órgão Ibérico de Braga. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** suscitou a questão relativamente à atribuição de um subsídio ao Cabido da Sé de Braga, em virtude de o Festival de Órgão Ibérico de Braga não se ter realizado, questionando também quais os compromissos assumidos pelo Cabido da Sé, que justifique a manutenção do apoio financeiro. A **Srª Vereadora Lúcia Dias** esclareceu que, à semelhança da Semana Santa, foi feita a comunicação, panfletos já elaborados, havendo necessidade de se honrar com os compromissos.” **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar”. PROPOSTAS DE PARCERIA INSTITUCIONAL - CONTRATOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL:** Da **Srª. Vereadora Lúcia Dias**, submetendo à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de parceria institucional – contratos de dinamização cultural: a) **Contrato de Dinamização Cultural** a celebrar entre o **Município de Braga e Capítulo Cenário – Associação para as Artes**, no montante de **10.000,00 €**, em duas prestações de montante igual, a pagar a primeira em junho e a segunda em novembro. b) **Contrato de Dinamização Cultural** a celebrar entre o **Município de Braga e Associação Social e Cultural de Sobreposta**, no montante de **2.500,00 €**, em duas prestações de montante igual, a pagar a primeira em julho e a segunda em novembro. c) **Contrato de Dinamização Cultural** a celebrar entre o **Município de Braga e M.D.T.A. – Associação Mala D’arte**, no montante de **21.210,00 €**, em duas prestações de montante igual, a pagar a primeira em julho e a segunda em novembro. d) **Contrato de Dinamização Cultural** a celebrar entre o **Município de Braga e PAVAC – Passos Audiovisuais, Associação Cultural**, no montante de **2.000,00 €**, em duas prestações de montante igual, a pagar a primeira em junho e a segunda em novembro. e) **Contrato de Dinamização Cultural** a celebrar entre o **Município de Braga e Argumento Prodígio – Associação Cine-Equipa (Cineclube Aurélio**

da Paz Reis), no montante de **16.436,00 €**, em duas prestações de montante igual, a pagar a primeira em junho e a segunda em novembro.

f) Contrato de Dinamização Cultural a celebrar entre o Município de Braga e Projet'arte na Tradição - Associação no montante de **6.000,00 €**, em duas prestações de montante igual, a pagar a primeira em julho e a segunda em novembro.

g) Contrato de Dinamização Cultural a celebrar entre o Município de Braga e Associação Musical Sinfonietta de Braga - no montante de **39.700,00 €**, em duas prestações de montante igual, a pagar a primeira em março e a segunda em julho.

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que seria retirada a alínea g) respeitante ao contrato de dinamização cultural a celebrar com a Associação Musical Sinfonietta de Braga, em virtude de alguns dos projetos terem sido adiados para o ano de 2021. No que concerne à votação da alínea d) - Contrato de Dinamização Cultural a celebrar entre o Município de Braga e PAVAC – Passos Audiovisuais, Associação Cultural, o Sr. Vereador Carlos Almeida pediu escusa, não tendo participado na discussão ou votação deste ponto e votando favoravelmente os demais pontos. **“A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas referidas nas alíneas a), b), c), e) e f); a proposta da alínea b) foi votada favoravelmente pelo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, pelos Srs. Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Miguel Sopas de Melo Bandeira, Lídia Brás Dias, João Vasconcelos Barros Rodrigues e pelos Srs. Vereadores Artur Jorge Oliveira Feio, Maria Helena Fernandes Teixeira e Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS); a proposta referida na alínea g) foi retirada da ordem de trabalhos.”**

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: Submete-se à consideração do Executivo com vista à

aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de delegação de competências: - **FREGUESIAS DE SEQUEIRA**, para a execução da obra denominada "Reconstrução do muro de suporte da Rua Trás o Rio", no valor de **7.489,14 €**. - **FREGUESIAS DE TADIM**, para a execução da obra denominada "Rede de Águas Pluviais da Travessa da Rua do Banido" - **Aditamento, no valor de 29.097,00 €**. - **FREGUESIAS DE SOBREPOSTA**, para a execução da obra denominada "Drenagem de Águas Pluviais da Rua Senhora da Conceição" Aditamento, no valor de **17.912.00 €**. - **UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARENTIM E CUNHA**, para a execução da obra denominada "Substituição de conduta de Águas na Rua do Souto em Arentim", no valor de **2.543,66 €**. "A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar. Submeter à Assembleia Municipal." **CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL DESIGNADO POR POLIDESPORTIVO DE SÃO JOSÉ SITUADO ENTRE A RUA DE SÃO JOSÉ E A PRAÇA BOCAGE – BRAGA:** Da **Vice-presidente Dra. Sameiro Araújo** submetendo proposta relativa à realização de um **contrato de comodato de bem imóvel** designado por Polidesportivo de São José, situado entre Rua de São José e a Praça do Bocage, entre o **Município de Braga** e o **Sporting Clube Leões das Enguardas**, nos termos constantes da minuta em anexo. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** tomou a palavra dizendo que a parceria faz sentido, e é importante que a prática seja a de o espaço ser utilizado pela comunidade. A **Srª Vereadora Liliana Pereira (PS)** perguntou se o espaço não ia ser coberto em contrapartida pela utilização do espaço das piscinas olímpicas, bem como se a obra está prevista para lançar e qual o ponto da situação. O **Sr Presidente da Câmara** esclareceu que não será-nesse local e sim num terreno municipal situado nas Parretas (em direção a Real). "**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.**"

TOPONÍMIA: Do **Sr. Vereador Miguel Bandeira** submetendo a seguinte proposta de designação toponímica: União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estevão e S. Vicente): - Caminho Velho de S. Tiago – artéria implantada no Lugar das Quebradas com início na Rua da Escola e fim na Rua das Quebradas. Submete ainda proposta de alteração dos limites dos topónimos aprovados em reunião do Executivo Municipal de 6/10/1998, relativamente à freguesia de Ruilhe, proposta essa que vai em anexo. **“A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.” PROPOSTA – “PELA REPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO AOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE BRAGA” - CDU**, que faz parte integrante da minuta. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** referiu que já todos conhecem o conteúdo da proposta, onde se recomenda ao Município o pagamento do subsídio de refeição relativo ao mês de abril, para os trabalhadores que ficaram em casa, em regime de disponibilidade, no âmbito das medidas de contenção para travar a progressão da pandemia causada pela COVID-19, argumentado que os mesmos foram colocados em disponibilidade por decisão unilateral da autarquia *“estando sempre disponíveis para trabalhar”*. No seu entender seria justo pagar o subsídio de refeição aos trabalhadores, pois a maioria deles ganha salários e 600 e poucos euros, e o valor do subsídio de refeição faz muita diferença no rendimento de um agregado familiar. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** colocou-se ao lado da posição da CDU aproveitando para denunciar a falta de pagamento dos retroativos dos meses de janeiro, fevereiro e março, perguntando porque não foram pagos, mencionado ainda que as relações entre o Município e os trabalhadores se deterioraram a olhos vistos, acusando ainda que *“as coisas não correm nada, nada bem no universo municipal”*. Referiu ainda que na sexta feira foram surpreendidos com uma carta dirigida ao Sr. Presidente

do Executivo, por parte de um trabalhador do quadro de técnicos superiores, o mais antigo do Município. A **Sr.^a Vereadora Olga Pereira** explicou que os retroativos vão ser pagos, e só não foi possível fazê-lo em abril devido a “uma questão de informática relacionada com a aplicação da AIRC”. O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que não pagou o subsídio de refeição aos referidos trabalhadores porque está a cumprir as orientações da DGAEP, em que só têm direito ao salário integral os funcionários em situação de isolamento profilático, em teletrabalho ou em programas de formação à distância, tendo a Câmara Municipal solicitado um parecer à DGAL para apurar se deve ser pago ou não e caso seja legal irá ser pago o referido subsídio de refeição, ficando a aprovação suspensa até parecer da DGAL. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** discorda do entendimento da DGAEP, pois não faz referência aos trabalhadores em regime de disponibilidade. O regime de exceção não foi acordado com os trabalhadores e não lhes foi dito que iam ficar sem o subsídio de refeição, pois se o soubessem não aceitavam. Solicitou ainda lhe fosse enviada cópia do requerimento enviado à DGAL a solicitar o parecer. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que no privado os trabalhadores foram para casa para proteção dos próprios. O **Sr. Presidente da Câmara** corroborou que vai aguardar pelo parecer da DGAL.” **A Câmara Municipal deliberou, por maioria, condicionar a aprovação da proposta, ao parecer que vier a ser proferido pela DGAL. Votaram neste sentido o Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio e os Srs. Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Miguel Sopas de Melo Bandeira, Lúcia Brás Dias, João Vasconcelos Barros Rodrigues. Votaram a favor da proposta apresentada o Sr. Vereador Carlos de Almeida (CDU) e dos Srs. Vereadores Artur Jorge Oliveira Feio, Maria**

Helena Fernandes Teixeira e Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS)." O **Sr. Presidente da Câmara**, solicitou a inclusão na minuta da proposta **do seu despacho que define as regras para a participação dos munícipes nas reuniões do Executivo Municipal**, em virtude de um parecer publicado pela CCDDR-N. O referido faz parte integrante da minuta. **"A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar" OUTROS ASSUNTOS. INVESTIMENTOS/PEDU/ROUTERS. APOIOS OSICAIS. APOIOS EQUITATIVOS. DISTRIBUIÇÃO DE PC'S.** O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que saiu no Jornal de Notícias uma notícia segundo a qual a Câmara Municipal ia investir 25 milhões de euros para transformar a face da cidade, referindo ainda que há atraso no pagamento aos fornecedores. Acrescentou ainda vários pontos: - que a verba não seja retirada das ciclovias; - Os TUB/EM vão ter prejuízos devido à quebra nos transportes; - Sejam acauteladas medidas em termos de mobilidade urbana; - Criticou ainda o anúncio de um investimento de 3,8 milhões de euros para o projeto "já passo aqui" que deverá arrancar no verão. Refere ainda que era o momento ideal para reequacionar toda a mobilidade na cidade não fazendo sentido gastar 3, 8 milhões de euros em passeadeiras, dado o novo paradigma de mobilidade que se vai enfrentar. –A propósito daquilo que se tem dito, acerca do Correio do Minho fechar portas, perguntou o que iria o Município fazer nessa matéria. Deverão ser distribuídos por todos os munícipes equipamentos de proteção individual pois o seu custo pesa no orçamento das famílias, devendo ser promovidas ações de sensibilização para a sua utilização. O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o montante de investimentos executado é o mais elevado dos 29 municípios do Norte com PEDU aprovados pela CCDDR-N e o Plano de Ação de Mobilidade Sustentável de Braga (PAMUS) está atualmente em fase de discussão pública e não tem associação direta, mas sim articulada com as

intervenções já candidatas e aprovadas para fundos comunitários no âmbito do PEDU, que contempla fundos para a mobilidade, para a regeneração urbana (requalificação do Parque de Exposições e a reabilitação do Mercado Municipal, em curso), e para intervenções na área social nos bairros de Santa Tecla e das Enguardas, com um investimentos de mais de 4 milhões de euros. No que diz respeito à mobilidade, contempla a implementação de zonas 30 e a eliminação de barreiras arquitetónicas, intervenção na variante da encosta e sistema de bilhética integrada no âmbito da CIM Cávado. O “overbooking” resulta de investimentos que não foram utilizados, aquando da distribuição dos fundos comunitários, devido a desistências da realização de projetos ou à realização de investimentos abaixo dos valores concedidos e usado para garantir que todo o dinheiro disponível é aplicado. Relativamente aos TUB/EM esclareceu que apresentaram resultados líquidos positivos, pois este ano a receitas não serão suficientes para fazer face às despesas e a Câmara Municipal vai assegurar a regularidade normal. Em relação ao Correio do Minho referiu que neste momento é um órgão autónomo e deve garantir a sua sobrevivência. **RECOLHA DE LIXO – AGERE (25 DE ABRIL E 1 DE MAIO)/ABATE DE ÁRVORES.** O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** disse que, contrariamente ao que se tem feito, teve conhecimento que os trabalhadores da AGERE trabalharam na recolha do lixo nos feriados de 25 de abril e 1 de maio, questionando se o Sr. Presidente da Câmara teve informação sobre isto e o que motivou essa decisão. Perguntou-ainda sobre a decisão de cortar 130 árvores, quando o estudo efetuado pela UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) só identificou 39 árvores. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** referiu que o Sr. Vereador Altino Bessa não está confortável com o que o Município está a decidir e ao recorrer a serviços externos está a passar um atestado de incompetência aos trabalhadores do Município, e quem o

encomendou o estudo foi a Câmara Municipal. O **Sr. Presidente da Câmara** em relação aos trabalhadores da Agere referiu—que vai solicitar informação ao Sr. Administrador. Em relação ao abate de árvores referiu que o estudo foi solicitado à UTAD e por cada árvore retirada será plantada outra. Não se recorreu a serviços externos por incompetência dos funcionários da Câmara. O **Sr. Vereador Altino Bessa** complementou a informação do Sr. Presidente da Câmara, dizendo que por motivo de segurança de pessoas e bens, os serviços da Câmara tinha identificado cerca de 130 árvores para abate, tendo a Câmara recorrido à UTAD, que acabou por avaliar 288 árvores, mais do que as que foram avaliadas pelos serviços técnicos da Câmara. Vem ainda o **Sr. Presidente da Câmara** dizer que conforme informação do Sr. Administrador das Agere, os dias de trabalho na Agere justificam-se para o Município não ficar 2 dias sem recolha do lixo. **APROVAÇÃO EM MINUTA: Deliberado por unanimidade aprovar a presente ata em minuta** nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, para surtir efeitos imediatos. **ENCERRAMENTO: Às 11,45 horas** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.



